

A ideologia da qualidade da educação e a cruzada do capital pela reestruturação do campo educacional.

Rebeca Martin de Souza¹

Resumo: O artigo busca problematizar o papel do discurso sobre a qualidade da educação na condução do processo de reestruturação do campo educacional, a partir da apresentação de resultados de pesquisa sobre a concepção de qualidade da educação básica difundida atualmente na Rede Estadual de Ensino do Rio de Janeiro, sobretudo, expressa na Gestão Integrada da Escola (GIDE) realizada em parceria com a empresa Falconi Consultores de Resultado. Na análise documental relacionada ao termo, destacamos: seus fundamentos ideológicos e contexto político; seus sentidos, intenções e interesses; e seus mecanismos de consenso e de coerção. Nossa hipótese é que a concepção de qualidade de educação que a GIDE expressa e busca penetrar nas escolas ratifica a tendência instrumental, gerencialista e missionário-salvacionista que tem ganhado centralidade nas políticas públicas de educação, em conformidade com a recomposição do grande capital. Sustentamo-nos no referencial teórico-metodológico de Gramsci, principalmente em seus conceitos de Estado “ampliado”, de ideologia e de hegemonia. E concluímos que o caráter missionário-salvacionista que se traduz na pretensa salvação da educação pública de sua ineficiência e de seus vícios próprios de uma administração não-gerencial se estabelece em meio: a relação cada vez mais estreita e orgânica entre Capital-Estado, fruto da necessidade própria do sociometabolismo do capital em contexto de crise estrutural; ao consequente enraizamento dos preceitos gerencialistas contidos na “Reforma Gerencial dos Aparelhos do Estado Brasileiro” no nível das administrações regionais; ao protagonismo de empresários organizados e respectivos intelectuais orgânicos do capital na condução da reestruturação das redes públicas de ensino.

Palavras-chave: Qualidade da Educação; Ideologia; Políticas Públicas Educacionais.

The ideology of education quality and the crusade of capital for the restructuring of the educational context

Abstract: The article seeks for problematizing the approach on the quality of education with regard to the process of restructuring the educational field, from the presentation of researching results to the conception of basic education quality currently diffused in the State Education Network of Rio de Janeiro, mainly expressed in the Integrated School Management (GIDE - “Gestão Integrada da Escola”) carried out in partnership with Falconi Consultores de Resultados. In documentary analysis related to the term, we highlight: its ideological foundations and political context; their senses, intentions and interests; and their mechanisms of consensus and coercion. Our hypothesis is that the conception of quality in education that GIDE expresses and tries to penetrate in schools ratifies the instrumental, managerialist and missionary-salvationist tendency that has gained centrality in public educational policies, in accordance to the recomposition of the great capital. We are based on Gramsci's theoretical-methodological framework, especially on his concepts of "enlarged" state, ideology and hegemony. And we conclude that the missionary-salvationist character that translates into the alleged salvation of public education from its inefficiency and its vices proper to a non-managerial administration is established in the middle: the increasingly close and organic relationship between Capital-State, built as a need to the the capital's social metabolism

1 Rebeca Martins de Souza está em fase de conclusão no curso de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação, com ênfase em Políticas e Instituições Educacionais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É Membro do grupo de estudos Colemarx. Em 2017, encontra-se no cargo de Docente I, da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC-RJ), lecionando aulas de sociologia em duas matrículas de 16 horas, cada. Contato: rebecamrj@gmail.com.

in the context of structural crisis; the consequent rootedness of the managerial precepts contained in the "Managerial Reform of the Brazilian State Apparatus" at the level of regional administrations; to the protagonism of organized entrepreneurs and their respective organic capital intellectuals in the remodeling of public education networks.

Keywords: Ideology. Education Quality. Educational Policies.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, que se pretende um ensaio teórico, faz parte das reflexões apontadas pela pesquisa “A Ideologia da Qualidade da Educação”, desenvolvida no Programa de Mestrado do PPGE-UFRJ, sob a orientação da Professora Doutora Vânia Motta. De maneira geral, visando compreender o poder e as ações que emanam do discurso sobre a qualidade da educação, optou-se pelo recorte de análise sobre o discurso da qualidade da educação difundido pela Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro, desde o ano de 2010 (ano em que este Estado fecha parceria com o Banco Mundial, por meio de programa Pró-gestão, para a implementação de procedimentos de qualidade no âmbito educacional) até o dias atuais, através de análise documental de normatizações institucionais (portarias, decretos, resoluções, dentre outros) e de livros/manuais lançados pela empresa Falconi Consultores de Resultados, empresa parceira do Estado do Rio de Janeiro na promoção de políticas públicas educacionais. Para além, também foram analisados os dados relativos ao financiamento de ações para a implementação da qualidade na rede mencionada, por meio de dados coletados no Portal da Transparência do Estado do Rio de Janeiro e nos relatórios de Conta de Governo do ano de 2010 a 2015, gerados pelo Tribunal de Contas do Estado. A análise como um todo procurou se fundamentar nos preceitos do materialismo histórico dialético, mediante o referencial teórico-metodológico de Estado Ampliado em Antonio Gramsci (1978), a fim de que compreendêssemos a relação orgânica entre capital e Estado, entre sociedade civil e sociedade política, e entre os aspectos de hegemonia e de coerção que desta relação emergem, ou seja, a fim de que capturássemos a própria materialidade da ideologia da qualidade da educação, seus sentidos, intenções e interesses. A partir destes estudos, portanto, foi possível a compreensão do discurso sobre a qualidade da educação atualmente difundido na rede estadual de ensino, enquanto uma ideologia orgânica própria do capital, conferindo o que chamamos de “padrão capital de qualidade”, produzido e reproduzido mediante algumas necessidades primordiais para o capitalismo principalmente após a crise de 1973, em contexto de reestruturação produtiva, reestruturação política e reestruturação cultural, como aponta Alves (2011). “Fazer mais com menos”, estreitar as formas de controle sobre os processos escolares, conformar um trabalhador de novo tipo e, portanto, uma escola de novo tipo, e, por fim, mobilizar o mercado educacional, são

algumas das funções cumpridas por esta ideologia. Cabe destacar, no entanto, que neste ensaio teórico nos limitaremos a trazer alguns elementos para a reflexão acerca da qualidade enquanto instrumento de controle e conformação de um trabalhador de novo tipo, considerando-se alguns processos históricos primordiais para nós: 1) O desenvolvimento do modelo produtivo toyotista que decorre junto ao processo de recomposição burguesa. Este modelo que surge dos limites de valorização do valor, ou da baixa lucratividade que o padrão taylorista/fordista vinha promovendo até então, e que, a partir da hegemonia das frações rentistas do capital financeiro no bloco de poder, definirá uma nova estratégia para a garantia da acumulação de capital, com desperdícios mínimos, produção por demanda, flexibilização do processo produtivo, das legislações trabalhistas, do trabalhador, agora multifuncional e não mais restritamente especializado, dentre outras (que irão compor o cenário da precarização objetiva e subjetiva do trabalhador, como nos destaca Alves (2011)) ; 2) A contrarreforma ou reforma gerencial do Estado brasileiro em contexto de desenvolvimento do neoliberalismo, que adequa a instituição estatal às necessidades do capital não restritamente nacional, mas mundializado, e oferece os pilares para a expansão do “padrão capital de qualidade”; 3) A construção do protagonismo de frações do empresariado (vide o movimento Todos Pela Educação) no tratamento das questões relativas ao campo educacional, mobilizando uma nova forma de administração da educação – em termo genérico, as “parcerias público-privadas”; 4) e a implementação da reforma gerencial no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, e, mais especificamente, no campo educacional, por meio da ideologia da qualidade da educação, que mobiliza ações desde o “chão das escolas” através, fundamentalmente, da GIDE (Gestão Integrada da Escola), até ações mais amplas.

Destarte, é fundamental que se entenda que nenhum discurso é desprezioso, embora possa parecer desinteressado. Diferentes atores sociais ou frações de classe, ao longo da história de consagração da educação pública, reivindicaram qualidade na orientação das políticas públicas educacionais. Movimentos sociais organizados, sindicatos, membros da comunidade escolar, organizações da sociedade civil, governos, empresariado, em diferentes conjunturas históricas, tem se utilizado desta noção, por vezes com mais afinco que outras, sem qualquer aprofundamento explícito sobre o seu significado e suas respectivas práticas. Nos discursos, em geral, abordar a qualidade da educação sempre pareceu como tratar de parâmetros educacionais em meio a uma grande cortina de fumaça, onde cada agente pré-concebida a sua substância de acordo com o campo dos seus interesses, sem que houvesse uma definição clara e objetiva acerca da mesma. A fim e a cabo, a eloquência dos discursos, principalmente os de caráter informal, costuma incorporar a qualidade da educação como aspecto já consensuado e valorativo (afinal, quem não deseja qualidade?), uma retórica que tem mobilizado efetivamente disputas entre diferentes grupos sociais.

Justamente a partir desta reflexão, sobre a aparente ausência de contornos precisos e comuns acerca das concepções de qualidade, ou sobre a aparente dispersão de seu sentido, associada a contundência de sua utilização, reside o motor da nossa pesquisa como um todo: quais seriam os objetivos da insistência sobre este discurso na atualidade, por parte de diferentes setores da sociedade? E ainda, o que significam os discursos sobre a qualidade da educação, para que servem e para quem se voltam? Considerando-se o contexto específico da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro, ela estaria efetivamente se utilizando deste discurso para conformar seus trabalhadores a lógica própria de atuação e pensamento do empresariado, seu parceiro na política? Com qual finalidade? De que maneira? Aprofundaremos estas questões no decorrer desta análise.

O CONTEXTO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E A GIDE – GESTÃO INTEGRADA DA ESCOLA

Para delinear o contexto em que desenvolveremos a reflexão sobre a qualidade da educação enquanto instrumento de controle e conformação de um trabalhador de novo tipo, torna-se mister ressaltar que compreendemos que o panorama que fundará as políticas educacionais na atualidade, no Brasil e, em especial, a GIDE, no Estado do Rio de Janeiro, é, em linhas gerais, o que diz respeito à necessidade de harmonização das relações sociais capitalistas e à necessidade de introdução dos países reconhecidos enquanto “periféricos” no processo de competição mundializada do capital e fortalecimento da política neoliberal. Para compreendermos esta afirmação, é necessário que entendamos a inserção das políticas educacionais atuais em contexto ampliado, de empresariamento da educação; e é importante, sobretudo, que entendamos a origem da concepção de qualidade da educação vigente nestas políticas em seu caráter histórico, para que nos faça sentido tratá-la enquanto ideologia inserida nos preceitos neoliberais. Ainda que compreendamos o seu caráter multifatorial e polissêmico, interessa-nos saber, sobretudo, de que maneira e com quais interesses esta qualidade vem sendo concebida e consolidada ou hegemônica, pelas frações dominantes do capital, no aparelho privado de hegemonia que é a escola pública.

Um importante marco para as nossas discussões se dará a partir da década de 1980, com a criação da *National Commission for Excellence in Education* (Comissão Nacional para Excelência em Educação), nos Estados Unidos da América, durante a administração do Presidente norte-americano Ronald Reagan (1981-1989). Neste momento, internacionalmente o discurso da qualidade da educação ganha centralidade nas discussões deste campo, conformando-se em um esquema de competição internacional que se aprofundará na década de 1990 e, ainda mais, com a virada do

milênio. Anteriormente a este contexto, a qualidade da educação enquanto processo relativo a gestão escolar, inexistia, fundamentando-se em geral, em aspectos relacionados a recursos infraestruturais ou capital humano² necessários para a geração de um produto final (a qualidade enquanto propriedade privada), conforme aponta Gentili (1994).

Se, por um lado, existem setores sociais que, logo em seguida, pensaram e formularam sobre ela, de maneira interessada – em destaque, organismos internacionais como a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), o BANCO MUNDIAL e o FMI (Fundo Monetário Internacional) – por outro, no cotidiano das práticas e discursos, cabe destacar que se omitiu o seu sentido ao passo que se garantiu a sua realização (ou a realização de uma determinada concepção de qualidade da educação). Para além, a qualidade da educação se tornou, com o tempo, uma espécie de ferramenta messiânica, um “grito de guerra em torno do qual se devem juntar todos os esforços” (ENGUIITA, 1994, p. 95) e sem o qual não é possível o diálogo, uma vez que parametrizou uma linguagem comum, entre diferentes atores sociais, um real ativismo em seu nome. Justamente nesse ponto residirá o seu aspecto ideológico, afinal, ela tornou-se detentora de conteúdo específico, com formato oculto ou pouco compreendido pelo senso comum, embora permanentemente reproduzido e reivindicado, para atenção a uma demanda respectivamente específica – do capital, e não das classes trabalhadoras. Sua utilização se tornou massificada junto ao processo de reestruturação produtiva do capital, que efetiva o modelo de produção toyotista, cuja preocupação mais básica reside na possibilidade de maximização de lucratividade e na minimização de “desperdícios”, seja através da automação da produção, seja através da produção just in time, ou ainda, pelo conjunto de iniciativas para a gestão da produção que resguarda o nome de “qualidade total” - justamente porque envolve o controle de todos os agentes e processos da produção de mercadorias, objetivando a realização maximizadora de mais-valor.

No Brasil, outro importante referencial histórico para a compreensão da concepção de qualidade da educação em questão será a Contrarreforma do Estado no governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1995, que representou um marco na busca pela consolidação dos princípios da administração gerencial no país, procurando tornar o aparelho do Estado mais eficiente, segundo os preceitos da própria gestão da qualidade total, e gerar uma política de “responsabilização por resultados, na competição administrativa por excelência, na responsabilização social e na auditoria de resultados”

2 “A teoria do capital humano foi incorporada na teoria econômica moderna por Jacob Mincer e popularizada por Schultz e Becker, nas décadas de 1950 e 1960. A ideia fundamental da teoria é que o trabalho, mais do que um fator de produção, é um tipo de capital: capital humano. Esse capital é tão mais produtivo quanto maior for sua qualidade. Essa qualidade é dada pela intensidade de treinamento científico-tecnológico e gerencial que cada trabalhador adquire ao longo de sua vida. A qualidade do capital humano não apenas melhora o desempenho individual do trabalhador – tornando-o mais produtivo – como é um fator decisivo para gerar riqueza, crescimento econômico do país e de equalização social.” (MOTTA, 2009, p.551).

(BRESSER-PEREIRA, 2008, p. 31). Esta prática acaba por se constituir como “uma forma de controle, uma forma de exercício do poder, mas é uma forma que envolve o próprio controlado na medida em que o torna responsável perante o superior hierárquico e, mais amplamente, perante a sociedade” (BRESSER-PEREIRA, 2008, p. 31).

De maneira a aprofundar esta análise sobre a conjuntura em que a qualidade da educação ganha centralidade nos discursos e passa a conduzir uma política pública própria dos nossos tempos, SAVIANI (2002), chama a atenção fundamentalmente de que, na segunda metade do século XX, o mercado capitalista buscou vincular-se mais fortemente ao campo educacional, instituindo uma “concepção produtivista de educação”. Desta forma, “a educação passou, pois, a ser concebida como dotada de um valor econômico próprio e considerada um bem de produção (capital) e não apenas de consumo” (SAVIANI, 2002, p. 22). A lógica da produtividade, guiada pelo princípio da racionalidade e pelo empenho em se maximizar resultados com o mínimo de dispêndio, passa a conferir um dos principais aspectos da visão econômica neoclássica no âmbito das políticas públicas educacionais, elemento este que também será ressaltado por Frigotto (1995).

Por sua vez, Frigotto (1995) demonstra que novas formas de sociabilidade capitalista também se refletirão na condução das políticas públicas educacionais “tanto para estabelecer um novo padrão de acumulação, quanto para definir as formas concretas de integração dentro da nova reorganização mundial” (Frigotto, 1995, p. 144). Como consequência, “as propostas educativas substituem o conceito de formação humana básica pela noção de competências individuais para o mercado” (FRIGOTTO e CIAVATTA, 2001, p.5), tendo como fim, a adequação da política educacional à nova ordem econômica mundial de caráter neoliberal, o que, por si, desqualificaria o próprio processo educativo escolar.

Será sobre este fenômeno do empresariamento³ da educação aliado à defesa política de formação de capital humano, que surgirá a GIDE, elaborada por um grupo de intelectuais organizados com o intuito de difundir técnicas gerenciais no país através da Fundação de Desenvolvimento Gerencial (FDG/1998). A partir de 2003, a FDG

redirecionou sua atuação para projetos eminentemente assistenciais, sem nenhuma contraprestação financeira por parte das escolas, passando a atuar somente em projetos sem fins lucrativos e prestando serviços a instituições carentes. Naquele

3 Para além de representar uma “parceria” ou simples associação mecânica de interesses entre o elemento político, o Estado, responsável pela garantia da educação enquanto direito constitucional, e o elemento econômico, o Empresariado, algo que se encontra no nível da aparência, o empresariamento da educação visto como um fenômeno é efetivamente um projeto dinâmico de intervenção social, para a hegemonia garantidora de coesão social e consenso, que alia: a condição de classe do empresariado como dirigente do processo histórico-cultural; a reorganização das frações do empresariado em torno de um projeto único, diminuindo tensões internas da própria classe; a definição de linhas de ação coletivas sobre as questões sociais, como forma de assegurar a dominação pelo convencimento; a criação de uma nova consciência política coletiva, que irá se expressar na noção de “consciência empresarial cidadã” ou de “responsabilidade social empresarial” (MARTINS, 2009).

momento, foi fundado o Instituto de Desenvolvimento Gerencial (INDG), organização que se tornou líder em consultoria de gestão com foco em resultados no Brasil. (...) Desde outubro de 2012, o INDG passou a se chamar Falconi Consultores de Resultado. A experiência da Falconi no trabalho de consultoria na área pública tem se estendido a todos os entes da federação (federal, estadual e municipal) e poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário). Essa parceria público-privada tem sido responsável pela implantação de um sistema gerencial totalmente focado em resultados de curto, médio e longo prazos. (...) Em relação à educação pública, a Falconi apresenta a Gide como novo modelo gerencial de gestão do trabalho escolar. Em 2015, a Gide vem sendo implementada nos seguintes estados: Ceará, Pernambuco, Sergipe, Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. (LAMOSA, MACEDO, 2015, p. 140-141)

No contexto do Estado do Rio de Janeiro, especificamente, o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) obtido no ano de 2009 certamente foi um marco na história da política educacional do país. Ao obter o penúltimo lugar no ranking relativo ao ensino médio nacional, o governo Sérgio Cabral (PMDB) optou pela troca de secretário, agora Wilson Risolia, economista pós-graduado com MBA em finanças, e por uma nova arquitetura de medidas no sentido de reverter esta colocação. Uma dentre as primeiras medidas para a consolidação de uma nova proposta para a pasta educacional aconteceu no ano de 2010, com o desenvolvimento do Programa de Renovação e Fortalecimento da Gestão Pública (PRÓ-GESTÃO) e do Programa de Fortalecimento da Gestão do Setor Público e do Desenvolvimento Territorial Integrado (RIO METRÓPOLE/PRÓ-GESTÃO II), no Estado do Rio, promovido em parceria e com o financiamento do Banco Mundial, cujo intuito é, respectivamente:

(...) ampliar e avançar no processo de melhoria da gestão pública, objetivando atingir novo patamares de qualidade no gasto público, tendo como resultados melhor qualidade na prestação do serviço público e no cotidiano da população fluminense. Tendo como premissa esses macro-objetivos, e considerando o relevante aporte de conhecimento e de experiências globais trazidas pelo Banco Mundial, a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, coordenadora do Programa, em conjunto com o Rioprevidência, a Secretaria de Estado de Educação, a Secretaria de Estado de Saúde, o Instituto Estadual do Ambiente, a Secretaria de Estado de Defesa Civil e o Departamento de Recursos Minerais, desenvolveram um plano de ação pautado nos desafios de gestão enfrentados pelas áreas centrais e finalísticas; e a melhoria na prestação de serviços por meio da introdução de

tecnologias da informação da gestão baseado no desempenho e um enfoque em desenvolvimento territorial Integrado e em serviços públicos essenciais. (RIO DE JANEIRO, 2010).

No ano de 2010, outro marco para o presente estudo foi o desenvolvimento do Planejamento Estratégico de Educação, que apontava os principais desafios a serem superados em nome da qualidade da educação no Estado do Rio de Janeiro. Dentre eles, o baixo rendimento dos alunos e a falta de interesse pela escola; o desestímulo de docentes e servidores; a gestão escolar pouco profissionalizada; o baixo investimento e ineficiência do gasto; e os ruídos de comunicação e pouca transparência. Conforme a descrição abaixo:

Ao final de 2010, com o objetivo de melhorar a qualidade da educação do Estado do Rio de Janeiro e alavancar os resultados do desempenho escolar, a SEEDUC elaborou um Planejamento Estratégico que guiaria a sua atuação pelos anos seguintes. Esse Planejamento foi realizado a partir do diagnóstico dos principais problemas da rede e da identificação de eixos de atuação, delimitados a partir das necessidades centrais de tornar mais atrativa a carreira de magistério, intensificar o processo de ensino-aprendizagem, comunicar o planejamento e as ações de maneira eficiente e melhorar a qualidade da gestão na sede e nas unidades escolares. Como o sucesso dos programas em todas as frentes depende da organização da rede, o investimento em gestão foi o eixo estruturante do planejamento estratégico. A reorganização da rede com ações baseadas na melhoria da gestão e na promoção da meritocracia permitiu que a maioria dos programas obtivesse, como é possível notar ao longo do relatório, ganhos de escala contínuos, principalmente entre os anos de 2011 e 2013. (RIO DE JANEIRO, 2014, p. 23).

Implementada a partir de 2011, e contida no interior do Planejamento Estratégico da SEEDUC – Secretaria de Estado de Educação, estava a GIDE (Gestão Integrada da Escola), cujo objetivo se encontra na

(...) transmissão às unidades escolares de uma metodologia que vincula o planejamento de cada escola à melhoria contínua do processo de ensino-aprendizagem. Pela metodologia, orientada pelo método PDCA⁴, as unidades

4 PDCA (*Plan - Do - Check - Act / Plan-Do-Check-Adjust*, ou, no português, *Planejar – Desenvolver - Conferir/Checar - Alavancar/Ajustar/Atuar*) é um método pretensamente científico, largamente utilizado na

escolares aprendem a estabelecer metas e a desenhar um plano de ação para alcançá-las. O plano de ação é elaborado a partir do mapeamento dos problemas da escola, da identificação das causas desses problemas e da proposição de contramedidas para as causas priorizadas. O gestor (diretor escolar) deve executar o que foi planejado no plano de ação de forma sistemática, registrando boas práticas e propondo ações corretivas quando os resultados não são alcançados. (...) A implantação desta metodologia na escola foi viabilizada por gestores de campo, os AAGs (Agentes de Acompanhamento da Gestão Escolar), selecionados para orientar o cumprimento da GIDE na Rede e garantir processo uniforme e padronizado em todas as regionais e escolas. (RIO DE JANEIRO, 2014, p. 24-25).

Importante destacar que estes três marcos indubitavelmente encontram-se relacionados, devendo ser compreendidos enquanto o cenário mais amplo em que a política pública educacional e o discurso sobre a qualidade da educação se desenvolvem. Nosso estudo se deterá com maior profundidade sobre a GIDE (Gestão Integrada da Escola) por compreendermos que é no “chão da escola”, assim como foi no “chão da fábrica” apontado por Gramsci (1978), que ocorre o processo de hegemonização da concepção sobre a qualidade da educação em questão. Compreendemos que a GIDE foi introduzida para desempenhar um papel fundamentalmente estratégico para a implementação de uma “pedagogia da política”⁵. Ela, portanto, seria o *locus* da realização do padrão capital de qualidade, cujos impactos se traduzem, necessariamente, sobre o âmbito do trabalho, relativos aos docentes e discentes das escolas. Novas tarefas, de caráter administrativo, conferidas aos trabalhadores da educação, e novos “valores”, como o do empreendedorismo, passam a ser transmitidos aos discentes, como alternativa ao contexto altamente competitivo e de desemprego estrutural.

Não será, desta forma, através de iniciativa unilateral do Estado, muito menos do mercado, que a ideologia da qualidade da educação se consagrará na políticas públicas do Estado do Rio de Janeiro. Será desta relação orgânica entre tais esferas que toda a política será delineada. O grupo Falconi Consultores de Resultados, propõe, por um lado, a GIDE enquanto um sistema de gestão, que

administração empresarial, em especial, no Sistema Toyota de Produção. A partir do caráter interativo de gestão de quatro passos, visa o controle e melhoria contínua de produtos e processos, por meio de sua aplicação repetida, como em movimento espiral. É também conhecido como o **círculo/ciclo/roda de Deming** (Edwards Deming, considerado o pai do controle de qualidade moderno), **ciclo de Shewhart**, **círculo/ciclo de controle**, ou **PDSA** (*Plan-Do-Study-Act*).

5 Grossberg (1989) atenta para o fato de existir uma política da pedagogia, diretamente vinculada a uma pedagogia da política, no que se refere às discussões sobre o âmbito das Políticas Públicas educacionais. Este último, a pedagogia da política, refere-se a propostas que não necessariamente revelam explicitamente seu caráter educacional, podendo estar ligadas a práticas de gestão escolar, por exemplo, mas que configuram um processo político de conformação ideológica, conforme salienta ainda Silva (1994). Esquecer de uma, por fim, poderia enfraquecer a dinâmica de disputa política na outra.

incorpora princípios da Qualidade Total⁶ de Falconi, contemplando os aspectos estratégicos, políticos e gerenciais sobre a área educacional, com o foco em resultados, e, por outro, será o Estado a desenvolver um Plano de Metas a serem cumpridas nas escolas, instituído a partir de sete de janeiro de 2011. Preocupava-se aparentemente neste contexto com a elevação do nível de proficiência dos alunos em português e matemática nos exames nacionais padronizados (a Prova Brasil e o Saeb) e com a elevação da taxa de aprovação em cada série/ano, o que agrega ainda, indicadores sobre o fluxo (tempo médio gasto para completar o segmento) e rendimento, considerando-se a variável abandono.

Para tanto, esta gestão acaba por criar novos cargos, incluindo o de Agente de Acompanhamento da Gestão Escolar (AAGE), visando especificamente o acompanhamento de metas em nível local e redefinição de estratégias para a atenção às mesmas, bem como uma escola de formação de gestores/diretores segundo os preceitos do empreendedorismo, a Escola de Aperfeiçoamento dos Servidores de Educação do Estado do Rio de Janeiro. Outro elemento fundamental para a compreensão desta concepção de qualidade que vem sendo implementada no Estado do Rio de Janeiro e que emerge junto a GIDE será a política de incentivos ao ranqueamento da educação, associada à compra e implementação de avaliações externas supostamente capazes de “medir” a qualidade da educação, e que acabarão por parametrizar uma determinada visão de educação e processo educativo. O IDERJ (Índice de Desenvolvimento da Educação do Rio de Janeiro), que ganha caráter bimestral a partir da criação do IDERJINHO, com o objetivo de acompanhar e aferir o progresso dos estudantes bimestralmente, a partir da implementação de avaliações externas encomendadas a uma empresa especializada no ramo (os Saerjinhos e o SAERJ) são exemplos disso. Tornando-se elemento obrigatório da composição da nota do educando, por meio de Portaria Estadual⁷, estas avaliações se constituíram enquanto referência para a condução das aulas dos educadores de grande parte das disciplinas. Cabe ressaltar que, em diversos momentos, os conteúdos reais destas avaliações destoam da proposta de currículo mínimo elaborada no próprio contexto da política pública aqui desenvolvida, e que, por problemas no retorno por parte do Estado com relação ao resultado destas avaliações, as notas aferidas aos alunos acabam sendo dadas pela sua participação ou não no Saerjinho, de forma arbitrária e aleatória. Em contrapartida, uma cultura de aceitação a avaliações externas é instituída, diminuindo, com o tempo, a resistência a este tipo de intervenção, ao mesmo tempo em que se fortalece uma cultura de competitividade e meritocracia intraescolar e entre as escolas da rede. Políticas de bonificação por adesão e superação das metas garantem o engajamento a todo esse sistema, que implica, ainda: no fortalecimento da tecnocracia e

6 Diretamente relacionados aos princípios da Qualidade Total desenvolvidos pelo Modelo Toyota de Produção, o que indica a relação entre o âmbito produtivo-fábril ou âmbito empresarial e o âmbito educacional. Ao fim e a cabo, uma relação que faz culminar em processo de mercantilização da educação e sua respectiva mercadorização, conforme aponta Motta (2011).

7 RIO DE JANEIRO. SEEDUC/SUGEN nº419, de 27 de setembro de 2013, artigo 4º, parágrafo 5º.

da burocracia associada a responsabilização do educador (principalmente pelo suposto “fracasso” da política), e no fortalecimento do discurso que incentiva as parcerias público-privadas como solução à precarização histórica. Desta forma, mediante uma série de aparatos instituídos por esta política pública, as garantias sociais travestem-se em mérito, os direitos sociais são esvaziados de sentido e de história, e a qualidade da educação se pauta fundamentalmente em processo de gestão escolar. O que se observa, efetivamente, é a implantação da cultura gerencial em cada etapa do processo organizativo-educacional, desde a alta cúpula da Secretaria de Educação até o “chão da escola”, por meio da implementação da GIDE, que funcionará, basicamente, por meio da realização de um diagnóstico primário, sendo possível a detecção de sua “árvore de problemas”, seguido da utilização do método empresarial para a “qualidade total”, o ciclo PDCA, no planejamento de ações para o ambiente escolar, no seu desenvolvimento, no seu controle e na sua correção de fluxo.

Interessante, enfim, acaba sendo observar que, no âmbito da política pública da Secretaria de Estado de Educação, a qualidade da educação vinha sendo pautada fundamentalmente no seu aspecto processual administrativo, na sua gestão, o que teria garantido o suposto sucesso da política uma vez que o Estado passe a figurar, em tempos atuais, entre os primeiros do sistema de ranqueamento nacional. Contudo, como a retórica precisa ser mantida para a mobilização das forças produtivas do capital, ela altera o seu formato junto aos discursos, agora como o principal desafio a ser superado, tendo em vista todas as transformações que já foram realizadas nos últimos anos na educação. Um exemplo disso se encontra na introdução do Livro de Governança da SEEDUC – Transparência na Educação 2015, onde se afirma:

Depois de conseguir o reposicionamento da educação fluminense no cenário nacional, aproximando-a de seus estados irmãos do Sudeste, a SEEDUC dedicou-se a replanejar o novo período que se iniciava e a estipular novas metas, agora com um novo foco: um plano de longo prazo da qualidade estadual, com vistas a atingir um padrão internacional de qualidade até 2021. (RIO DE JANEIRO. 2015, p.4).

Assim, fica evidente a maneira pela qual a qualidade, quando utilizada no âmbito da política pública que vem sendo implementada, se transforma em retórica permanentemente mobilizadora de ações, como em ciclo de eterno retorno a si mesma, justificando qualquer iniciativa que deva ser implementada para o ajuste a determinadas demandas, seja apontadas pelo capital, seja pressionadas pela comunidade escolar.

Supostamente, esta forma de lidar com os problemas educacionais, advinda do pragmatismo e racionalidade própria do mercado, seria a solução para os problemas históricos construídos pelo “Estado-ineficiente”, gerando uma política que, na sua raiz, busca envolver precisamente cada

membro e cada etapa do processo produtivo para a suposta “satisfação” do cliente final, o “alunado”. Embora possamos questionar esta satisfação e até mesmo esta concepção do cidadão enquanto cliente, cabe, ainda, a reflexão sobre quem de fato seria o suposto cliente, afinal, desta política pública, uma vez que será o mercado a nos parecer sentir mais satisfação no desenvolvimento deste modelo escolar do que os próprios alunos, vide as ocupações estudantis de escolas da rede estadual do Rio de Janeiro e de outros estados do Brasil, no ano de 2016.

Cabe destacar, ainda, que, em meio ao seu processo de implementação, inúmeros casos de assédio moral e perseguição política vem sendo denunciados pelos trabalhadores da educação, em especial, aqueles vinculados à luta sindical, o que demonstra materialmente que a política se desenvolve sobre dois pilares estruturais: a coerção, no formato de ameaças constantes, dentre outras expressões de autoritarismo, e o consenso, no formato da divulgação da concepção empresarial de qualidade da educação e da criação de espaços para tal, o que envolveria a criação de um “rótulo democrático” da política - princípio para a legitimação da mesma, através do participacionismo, pelos agentes que se encontram no “chão da escola”.

Desta forma, por meio da descrição deste sistema de gestão, é possível traçar um paralelo com o que SHIROMA (1996) ressaltará acerca dos instrumentos necessários para a formação do trabalhador disciplinado, ou para a criação da congruência do comportamento dos trabalhadores com relação aos interesses da firma. Ao tratar do contexto da reestruturação produtiva mediante o Modelo Japonês de produção, ou o que outros autores tratarão propriamente como Toyotismo, Shiroma mostra como se desenvolvem políticas de harmonização da classe trabalhadora, mobilizadas por instrumentos de controle, cada vez mais despersonalizados, de coerção, por meio de punições e recompensas, e de incorporação das funções de gerência aos trabalhadores de uma maneira geral, para que estes se tornem responsáveis pela implementação da Qualidade Total ao processo produtivo, Just in Time.

Segundo a autora, o estabelecimento de Metas cumpre um papel fundamental que seria a produtividade pelo stress e a sensação de estar sempre sendo vigiado dentro da lógica competitiva. Portanto um controle horizontal associado a um controle vertical, ou um duplo controle, geraria a maximização do comprometimento e a autodisciplina dos trabalhadores, cada vez mais dependentes de seus trabalhos. A meritocracia, por sua vez, seria um dos instrumentos de fortalecimento da sensação de lealdade à “firma”, além de ser um dos instrumentos que possibilitará a dissolução da solidariedade de classe. Por fim, o estímulo à participação e cooperação apareceria no Modelo Japonês de produção, ou em qualquer outro local em que este poderia ser adaptado, com o intuito fundamental de legitimar o processo decisório da produção. Espaços para o debate, reuniões ou assembleias, são criados para a discussão de projetos, sugestões e propostas de mudança, significando a implementação de uma prática democrática, onde os funcionários reconhecem e

assinam que suas opiniões foram ouvidas, cabendo a deliberação final aos cargos de chefia, com seus interesses já dissipados pelos membros da fábrica, acabando por legitimar toda a política. Isto, efetivamente, acontece na rede pública estadual, na instituição dos Conselhos Escolares, cujo poder legal se restringe na participação dos processos decisórios, e não se amplia na possibilidade de deliberação por si mesmo. Ou seja, a democracia torna-se utilizada como instrumento de coerção invisível, onde o divergente acaba por ser ostracizado e deve agir por dentro das regras, para que não sofra sanções punitivas, como tem sido, há tempos, com os professores que mobilizam a comunidade escolar e aderem a movimentos grevistas. Neste contexto, para complexificar ainda mais a situação, tem se observado, na rede, que os espaços criados pela Secretaria de Educação no interior das escolas, como os já citados conselhos escolares e grêmios estudantis, tem se configurado enquanto metas a serem incorporadas pelas escolas, na comprovação de seu próprio caráter democrático, e não como práticas fundamentais ao exercício do debate e formação humana, uma vez que toda a sua autonomia não é assegurada, bem como não são legitimados enquanto espaços decisórios ou deliberativos, mas somente de caráter consultivo. Isto, em linhas gerais, configura o que chamamos de rótulo democrático da política pública educacional, e tem servido a duas finalidades extremamente importante: a invisibilização do controle e a invisibilização do mais-trabalho e do mais-valor.

A IDEOLOGIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO NO PROCESSO DE CONFORMAÇÃO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DO “CHÃO DA ESCOLA”

“Quando a pressão coercitiva é exercida sobre todo o complexo social (...) desenvolvem-se ideologias puritanas, que dão a forma exterior da persuasão e do consenso ao uso intrínseco da força.” (GRAMSCI, 2001, P.263)

ALVES (2008), ao tratar sobre o metabolismo social da reestruturação produtiva do capital, nos

aponta um elemento fundamental de partida para a reflexão: um novo padrão de produção conforma também um novo padrão de homem, suas subjetividades, ou um novo ethos, o que poderia ser sintetizado como nexo-psico-físico das relações sociais de produção. O autor ressalta que determinadas concepções de mundo, valores e normas, próprios da lógica empresarial, vão sendo naturalizados e incorporados pelo trabalhador, podendo gerar doenças psicossociais a partir dos processos de responsabilização individual, mas fundamentalmente gerando um processo de “captura” da subjetividade do trabalhador, ou uma dessubjetivação de classe.

GRAMSCI (2001) contribui, ainda, apontando-nos a relação do capital com a formação humana, mostrando-nos um duplo caráter da precarização do trabalho, seja através das relações objetivas de produção, seja pela precarização subjetiva do homem que trabalha. Assim, diferentes mecanismos integram-se no processo produtivo, num misto de coerção e consenso, que conformam o trabalhador à lógica do capital, gerando um processo de Alienação sobre a produção, mas também um processo de perpetuação de Hegemonia, esta construída no próprio “chão da fábrica”, portanto. A desefetivação do ser genérico, de Luckacs se realiza justamente nesse movimento do capital, e fundamental é compreendermos os aparatos criados para tal, no interior dos sistemas produtivos.

MÉSZÁROS (1981), por sua vez, contribui para a reflexão ao tratar do processo de formação docente, ressaltando o papel do discurso construído para direcionar o trabalho do professor a práticas de cooperação, passividade e flexibilidade. A escola, portanto, atendendo as necessidades de produção e reprodução do capital, aderiria a um discurso motivacional, como um instrumento pedagógico, que fortaleceria determinados comportamentos diante da materialidade, mas também um sistema de valoração, constituindo-se como estratégia de controle e adequação da força de trabalho.

Desta maneira, torna-se claro que questões de caráter político-ideológicas são pilares nas novas relações sociais de produção e reprodução da vida econômica, e, na pesquisa em questão, este é o ponto em que fundamenta-se a hipótese. Afinal, usar o discurso da qualidade da educação se faz mister para o sistema de valoração sobre o trabalho desempenhado nas escolas, ou para a conformação de um novo trabalhador da educação. Mas de que maneira?

FRIGOTTO e CIAVATTA (2003), logo na introdução de seu artigo ressaltam um ponto fundamental para o nosso trabalho:

As palavras ou vocábulos que usamos para nomear as coisas ou os fatos e acontecimentos não são inocentes. Buscam dar sentido ou significar estas coisas, estes fatos ou estes acontecimentos em consonância com interesses vinculados a determinados grupos, classes ou frações de classe. Mesmo os conceitos resultantes de um processo de elaboração sistemática e crítica ou científica não são, como querem os positivistas ou as visões metafísicas da realidade, imunes aos interesses

em jogo nas diferentes ações e atividades que os seres humanos efetivam na produção de sua existência. É neste sentido que autores como Bakhtin (1981) e Gramsci (1978) assinalam que toda linguagem, mesmo a denominada científica, é ideológica. Outra face da mesma problemática situa-se no fato de que, em determinadas épocas, certas palavras são focalizadas e afirmadas e outras silenciadas ou banidas. Isso também não é fortuito. (CIAVATTA, FRIGOTTO, 2003, P.2)

Assim, falar sobre a concepção, ou sobre as concepções, de uma ideia amplamente difundida nas políticas públicas educacionais que se encontram veladas nos mais diferentes discursos, ou esvaídas de significado preciso (intencionalmente ou não), necessariamente é analisar uma temática sob o seu aspecto ideológico. São diversas as literaturas que fundamentam o que de fato representa esse âmbito da vida social. Neste estudo, torna-se fundamental a compreensão teórica gramsciana, principalmente porque a sua definição de ideologia confere materialidade a ela, identificando-a com a filosofia, com as superestruturas e com a política, revelando tratar-se de “(...) uma concepção de mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas”(GRAMSCI, 1978 p. 16).

Para o autor, as ideologias são múltiplas e contraditórias entre si porque representam racionalidades de diferentes classes, diferentes visões de mundo, interesses políticos diversos, em diversos momentos históricos, se manifestando de diversas formas no discurso ideológico. Isso mostra a força que ela detém, uma vez que qualquer processo de manutenção de *status quo* ou transformação conjuntural e estrutural não acontece sem que haja a intervenção de elementos ideológicos. Elas não são fatos individuais para o autor. Cabe ressaltar que, para ele, elas são a expressão de um bloco social, de um sujeito coletivo, sendo chamadas de “ideologias orgânicas”. Seria pelo discurso apropriado, que inclusive pode ser contraditório com as práticas tendo em vista adaptações necessárias provenientes de disputas ou conflitos de projetos de classes, que as ações de classe se articulariam, mobilizariam e se direcionariam.

Segundo Gramsci, portanto,

É necessário, por conseguinte, distinguir entre ideologias historicamente orgânicas, isto é, que são necessárias a uma determinada estrutura, e ideologias arbitrárias, racionalistas, “desejadas”. Na medida em que são historicamente necessárias, as ideologias têm uma validade que é validade “psicológica”: elas “organizam” as massas humanas, formam o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc. Na medida em que são

“arbitrárias”, elas não criam senão movimentos individuais, polêmicas, etc. (GRAMSCI, 1978 p. 62-3).

Assim, diante do cenário em que a expressão “qualidade da educação” se constrói não só como objetivo a ser atingido, mas como verdade pré-concebida, esta noção de ideologia nos permite verificar, na materialidade e principalmente no discurso mobilizado de forma associada ao termo, como a concepção da mesma pode ser interpretada, bem como o impacto disto nas ações de outros blocos sociais ou sujeitos coletivos. Um elemento que tem se escondido sob o discurso reproduzido da qualidade, fundamentalmente, na sua tentativa de extração de mais-trabalho e mais-valia, é o ideário romantizado da educação como paixão, que justificaria o trabalho voluntário e na “doação” de mais-trabalho em nome de uma “causa” social. Sem sombra de dúvida, esta tem sido uma estratégia comum adotada na rede, que, a cada momento, recebe uma nova notícia de “otimização” de recursos, “otimização” de turmas e “otimização” de escolas, amparadas pela portaria SUGEN/SUBGP nº 05 de 14 de fevereiro de 2013, e que impõe um clima de medo a toda a comunidade escolar, uma vez que pode alterar a vida funcional dos docentes e funcionários, a vida escolar dos discentes e a própria rotina familiar, mediante tais alterações.

Associado ao anterior, uma outra categoria de análise da realidade social central para Gramsci e para o presente estudo acaba sendo a concepção de hegemonia, uma vez que pretende-se analisar conclusivamente o processo de hegemonização que pode decorrer a partir do conjunto das forças voltadas para o convencimento, ou consentimento ativo, de uma determinada concepção acerca da qualidade da educação. Sendo no campo das ideologias que os homens adquirem consciência do que representam, se organizam e procuram realizar seus projetos, a hegemonia se refere a capacidade de uma classe criar uma concepção de mundo própria, a autonomia de realizá-la, de constituir-se, ainda, em Estado, e de promover o consenso na sociedade civil. Esta noção existe justamente pela unidade proposta pelo autor entre a teoria e a prática, já que este conceito expressa a vontade coletiva organizada em torno de um projeto ou visão de mundo, que acaba por se objetivar no âmbito econômico, político, no próprio campo da ideologia e de qualquer outra manifestação da vida concreta, individual e coletiva. Este conceito, portanto, permite que se enxergue a história como um campo de possibilidades, tanto para a construção como para a conservação e transformação de uma determinada ordem hegemônica, onde as classes sociais elaboram suas vontades, se organizam em torno dos seus projetos e lutam.

Dessa forma, esta noção nos permite compreender, através das diferentes nuances apresentadas nos discursos estudados, como vem se constituindo o processo de hegemonização acerca da qualidade da educação e de que maneira, por quais mecanismos, necessariamente aliando convencimento e

coerção. Cabe-nos, ressaltar, no entanto, que tais elementos quando incorporados no *modus operandi* estatal, nos remetem ao papel educador deste Estado, na construção de uma pedagogia para a conformidade, ou manutenção do status quo, como nos aponta Gramsci:

A revolução provocada pela classe burguesa (...) na função do Estado consiste especialmente na vontade de conformismo (...). As classes dominantes precedentes eram essencialmente conservadoras, no sentido de que não tendiam a assimilar organicamente as outras classes: a concepção de castas fechadas. A classe burguesa põe-se a si mesma como um organismo em contínuo movimento, capaz de absorver toda a sociedade, assimilando-a a seu nível cultural e econômico; toda a função do Estado é transformada: o Estado torna-se “educador”. (GRAMSCI, 2000, p. 271 – grifo nosso)

Sob esta ótica torna-se possível compreender como se desenvolvem as relações do empresariado com os governos, qual o papel da escola na sociedade moderna, bem como o papel que pode cumprir uma determinada proposição ideológica para o avanço das forças materiais de produção. Como afirma o autor, existe uma

[...] tarefa educativa e formativa do Estado, cujo fim é sempre o de criar novos e mais elevados tipos de civilização, de adequar a “civilização” e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção e, portanto, de elaborar também fisicamente tipos novos de humanidade. (GRAMSCI, 2000, p. 23)

Assim, a qualidade da educação também poderia se constituir enquanto uma justificativa e um instrumento pedagógico para a classe trabalhadora, no contexto em que ela é convocada para apresentar um outro modelo de gestão, com novas práticas e modos de pensar, ligados aos âmbitos intra e extraescolar.

Com a implementação da GIDE na Rede Pública Estadual, o termo “qualidade da educação” tem sido cada vez mais utilizado de forma associada a índices de avaliação da política pública, como o IDEB e o PISA (Programa Internacional de Avaliação de Alunos – OCDE), bem como a processos de gestão escolar, na implementação de programas de Qualidade Total, FALCONI (2016), cujo caráter tem estreita relação com o modo de produção Toyotista.

Além disso, cada vez mais ouve-se falar do termo em questão como justificativa da tomada de

decisões e de procedimentos utilizados na implementação de uma determinada política. A qualidade da educação tem sido colocada, desta maneira, em diversos documentos governamentais, como principal desafio a ser superado, tendo em vista todas as transformações que já foram realizadas nos últimos anos na educação. Neste contexto, a pauta da universalização da educação básica parece ganhar secundariedade na agenda governamental e o termo qualidade, sem qualquer definição precisa sobre o mesmo, ganha destaque nas falas e justificativas institucionais, no contexto da promoção de políticas públicas voltadas para a educação.

Nesse sentido, cabe-nos compreender com maior profundidade alguns aspectos referenciais sobre este termo amplamente utilizado – “qualidade” – , como o fato dele ser determinado pelo tempo, espaço e agentes específicos, ocasionalmente velados diante da pluralidade de posições e olhares sobre o mesmo, levando-nos a desnaturaliza-lo. Assim, esta noção não pode ser vista de maneira isolada e estática em nenhuma análise, mas precisa ser compreendida enquanto um conceito histórico, que vincula-se a demandas sociais imersas em um processo político histórico. Ela precisa ser entendida enquanto ideologia que desempenha um determinado papel, o da tentativa de conformação dos trabalhadores-docentes, que, motivados por ela, tem atuado de maneira cooperativa aos gestores da política. Para além, ao auxiliar o processo de dessubjetivação de classe, a partir do estímulo a responsabilização individual e à meritocracia, concomitantemente, ela tem reverberado a justificativa moral para um outro tipo de sentimento, de caráter falsamente coletivizador: o de “vestir a camisa” de uma determinada causa, neste caso, o da qualidade educacional, intenção destacada dos gestores da política em questão, que necessitam extrair mais-valor, absolutamente e relativamente, e mobilizar o processo de mercadorização e mercantilização da educação.

Discursos como: “todos queremos a mesma coisa”, “estamos aqui lutando juntos pela qualidade da educação”, “somos todos SEEDUC”, tem sido cada vez mais repetidos dentro das escolas por direções escolares não-eleitas, gestores em geral, ou até mesmo por docentes, em espaços como conselhos escolares, reuniões de pais, dentre outros, com o intuito claro da harmonização das relações dentro do espaço escolar, por si, refletor das disputas entre as classes. Coerção e consenso encontram-se articulados na implementação da GIDE, e, ao fim e a cabo, tal elemento ideológico não pode ser ignorado, sob a pena de reproduzirmos todos um mesmo discurso de aspecto consensual e valorativo, como muitas vezes afirma-se Deus e a Democracia, supostas verdades colocadas em altares, mas cuja substância invisível resguarda a opressão e a reprodução da exploração do capital sobre as vidas dos trabalhadores e trabalhadoras da educação. Apagar os antagonismos de classe, sem sombra de dúvida, tem sido, desde os primórdios do capital, a sua mais incessante investida, sobre a qual ainda resiste a atuação organizada daqueles que vivem do trabalho.

Referências Bibliográficas:

ALVES, Giovanni. Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

ENGUITA, Mariano Fernández. O discurso da qualidade e a qualidade do discurso. In Neoliberalismo, qualidade total e educação. Ed. Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, 2015 (1ª edição, 1994; 15ª edição, 2015).

FALCONI CONSULTORES DE RESULTADO. Área pública. 2016. Disponível em: <<http://www.falconi.com/segmentos/area-publica/>>. Acesso em: 26 janeiro 2016

FRIGOTTO, Gaudêncio. A Produtividade da Escola Improdutiva. 2. ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1986 (Coleção Educação Contemporânea).

----- Qualidade e Quantidade da Educação Básica no Brasil: Concepções e Materialidade.

FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA, Maria (2006) “Educar o trabalhador cidadão produtivo ou o ser humano emancipado?”, FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA, Maria (Org.) A formação do cidadão produtivo – A cultura de mercado no ensino médio técnico. Brasília, Inep.

GRAMSCI, Antônio. Concepção Dialética da História. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1978.

----- Maquiavel, notas sobre o Estado e a política. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, v. 3.

-----Caderno 22 (1934): Americanismo e Fordismo. In GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere, Vol.4. Edição e Tradução Carlos Nelson Coutinho; co-edição Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

GENTILI, Pablo A. A.; SILVA, Tomaz Tadeu. In Neoliberalismo, qualidade total e educação. Ed. Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, 2015 (1ª edição, 1994; 15ª edição, 2015).

LAMOSA, Rodrigo. MACEDO, Jussara Marques. A regulação do trabalho docente no contexto da reforma gerencial. In. Revista Contemporânea de Educação, vol. 10, n. 20, julho/dezembro de 2015.

LIVRO DE GOVERNANÇA DA SEEDUC – TRANSPARÊNCIA NA EDUCAÇÃO 2015.

MARTINS, André Silva. A direita para o social: a educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo. Juiz de Fora: Ed. da UFJF, 2009.

MÉSZÁROS, Istvan. 1996. *Beyond capital*. towards a theory of transition. Monthly Review, London: Merlin Press.

MOTTA, Vânia Cardoso. Ideologia do Capital Social: atribuindo uma face mais humana ao capital. Rio de Janeiro: EDUERJ/FAPERJ, 2012.

MOTTA, Vânia Cardoso. MACEDO, Jussara Marques. Veias abertas para a privatização: indicando possibilidades de resistência à contrarreforma em curso na educação brasileira. Cartilha Colemarx, 2016.

OLIVEIRA, R. P. Da universalização do ensino fundamental ao desafio da qualidade: uma análise histórica. Educação e Sociedade, v. 28, n. 100, p. 661-690, 2007.

PEDROSA, Cleide Emília Faye. In Análise Crítica do Discurso uma Proposta para a Análise Crítica da Linguagem. <http://www.filologia.org.br/ixcnlf/3/04.htm>. Sem data de publicação. UFS.

PEREIRA, Sandra Márcia Campos. Gestão da escola como foco do discurso da qualidade na educação. In Dossiê Temático – Gestão da Educação. 2007.

POULANTZAS, Nicos. O Estado, o poder, o socialismo. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

RELATÓRIOS DE POLÍTICA PÚBLICA SEEDUC/GIDE – <http://www.rjgov.br/web/seeduc/exibeconteudo?article-id=711577>- Acesso em 15 de dezembro de 2015.

SAVIANI, Dermeval. O choque teórico da politecnia. Trabalho, Educação e Saúde, v. 1, n. 1, mar. 2002.

SHIROMA, Eneida. A Formação do Trabalhador Disciplinado. In Gestão do trabalho e formação do trabalhador, Belo Horizonte, Movimento de Cultura Marxista, 1996.

VOSS, Dulce Mari Silva. GARCIA, Maria Manuela Alves. O Discurso da Qualidade da Educação e o Governo da Conduta Docente. In Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 39, n. 2, p. 391-412, abr./jun. 2014. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/edu_realidade>